

TRABALHO

► Sindicatos reclamam melhores salários e pensões para 2008
► Argumentam com a inflação e com a retoma da economia

Função Pública quer aumentos de 3,5%

Isabel Forte

A quebra do poder de compra da generalidade dos funcionários públicos – que entre 2000 e 2007 terá sido superior a 10% – impeliu alguns dos sindicatos da Função Pública a exigir ao Governo que, para o próximo ano, os salários e pensões sejam aumentados em 3,5%. A proposta, argumentam, tem também como base a retoma da economia e o aumento do custo de vida.

Os sindicatos dos Quadros Técnicos do Estado (STE), dos Trabalhadores dos Impostos (STI) e Democrático dos Professores foram os primeiros a avançar com propostas de actualização salarial para 2008. Ontem, em conferência de imprensa, explicaram que a reivindicação de 3,5% assenta no valor da inflação previsto para o próximo ano, divulgado pelo Banco de Portugal (2,3%). Mas também na reposição do poder de compra, na competitividade e equidade salariais com o sector privado e no crescimento dos preços de bens essenciais, como os observados no mercado do arrendamento ou nas tarifas de água e electricidade. Também ontem, a CGTP fez saber que pretende reivindicar, para 2008, a fixação do salário mínimo nacional em 426,5 euros (aumento de 5,8%).

Os 3,5% de aumento salarial pedido pelos três sindicatos da Função Pública são, ao mesmo tempo, aplaudidos e rejeitados pelos economistas. Eugénio Rosa diz que nos últimos cinco anos os aumentos verificados foram sempre inferiores aos registados no sector privado. O que resultou "na diminuição do poder de compra dos trabalhadores em perto de 7%". Por isso, afirma, "os 3,5% nem sequer vão conseguir recuperar essa situação", pelo que considera que os aumentos deve-



Quebra do poder de compra dos funcionários públicos está na base da exigência de aumentos salariais

A nossa proposta será claramente superior a essa"

Ana Avoila
Frente Comum

A proposta da Frente Comum para o próximo ano, em termos de aumentos salariais, será claramente superior à reivindicada pelo STE, STI e Sindicato Nacional Democrático dos Professores. Mas isso mesmo será dado a conhecer no dia 14 de Setembro, após a cimeira entretanto agendada para o efeito. A proposta da Frente Comum poderá, obviamente, ser ou não aceite.

Valores nunca inferiores à inflação"

Nobre dos Santos
FESAP

A FESAP ainda não reuniu para tomar uma decisão, o que só acontecerá no dia 12 ou 13 de Setembro. De qualquer forma, não consideraremos nunca valores inferiores aos da inflação previsível. Quanto à proposta apresentada pelos três sindicatos, essa é da responsabilidade deles próprios, embora consideremos que o STE se deveria conformar às decisões da UGT.

riam ser superiores ao valor exigido: "Há, neste momento, um conjunto de alterações que permitem que isso aconteça, como seja a recuperação da economia ou o aumento das receitas fiscais".

Para o economista Alberto Castro, porém, os aumentos não deveriam ultrapassar 1,5%. "Pedir 3,5% de aumento é excessivo. E o problema que se coloca aqui é pagar o mesmo em função de certos tipos de escalões existentes". Nesse sentido, sustenta, "o aumento para todos na Função Pública deveria ser mais baixo, como 1,5%, e o restante deveria ser atribuído mediante o desempenho de cada funcionário e a função que cada um desempenha". Aliás, adianta, "para certo tipo de ocupação até admitiria que os aumentos pudessem ser maiores, como nos serviços de informática, funções inspectivas ou dirigentes". <

Poder de compra baixou 10%

► Em sete anos, contabiliza o STE, o poder de compra da generalidade dos trabalhadores da Administração Pública diminuiu mais de 10%. Isto é, explica, em termos acumulados, entre o ano 2000 e o de 2007, o poder de compra dos funcionários públicos, com vencimentos superiores a 1000 euros e que tiveram um congelamento salarial em 2003 e 2004, baixa em 10,3%, quando a inflação se situou, nesses anos, em 3,3% e 2,4%, respectivamente. Já em relação aos restantes trabalhadores que não foram abrangidos por aquele congelamento salarial, a perda de poder de compra situar-se-á nos 7%, durante o período de sete anos analisado. O sindicato revela, por outro lado, que a grande maioria dos aposentados na Função Pública teve, já durante este ano, uma diminuição do poder de compra, que variou entre 1% e 2,5%. O STE lembra, como complemento, que em 2007 a generalidade das pensões da Função Pública teve um aumento abaixo do crescimento das pensões da Segurança Social. As dos funcionários do Estado tiveram aumentos entre 1,5% e 2,5% e as da Segurança Social conseguiram actualizações situadas entre os 2,4% e os 3,1%. <